



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 17 de janeiro de 2020

N.º 1/2020

Aos dezassete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezanove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por André Valente Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – André Valente Martins, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Anita da Conceição Birrento Vilar, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha, Eusébio Manuel Candeias, Diamantino António Caldeira Estanislau, João Manuel Martins da Silva, Antonieta Maria Saragoça dos Santos, Nuno Miguel Batista Lopes, Pedro Acácio dos Santos Soares, Maria da Graça Santos Andrade e Manuel Fernando das Neves Rebelo.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Carlos Manuel da Conceição Batista, Maria João Teigas Santos Palma, António Manuel Baptista Dias, António Hugo Lindo dos Santos Caracol e Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes.

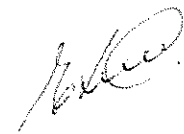
Partido Social Democrata – Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, António Miguel da Costa Ferreira, Carla Isabel Matos Rodrigues Vilhena e Pedro Miguel Trindade Vieitas Antunes.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa e Silvana Cassaca Parreira Paulino.

Pessoas-Animais-Natureza – Maria Suzel Costa Sousa.

Centro Democrático Social – João Paulo Barros Viegas.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão).



Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores: Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva, Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Fernando Manuel Monteiro, este último em substituição do Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição José Luís do Rosário Barão, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Filomena dos Anjos Batista Rodrigues Nunes Cunha, Domingos Moreira Semedo, Elisabete Maria Martins Cavaleiro e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição, José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) tendo sido substituído pela Vogal Secretária Bernardina Maria Agostinho Barradas, conforme documento registado sob o n.º 8, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Manuel Jorge Silva Esteves, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Graciete Maria da Conceição Vasco, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

II – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

João Viegas (CDS-PP) – Sendo a primeira assembleia de 2020, desejo a todos um bom ano. Só me apercebi hoje, que na página da Internet da Câmara Municipal de Setúbal, o espaço de informação da Assembleia Municipal parou no tempo, ou seja, o último edital que consta é referente à sessão de 29 de abril de 2019 e em relação às atas das sessões, a última que é referida, é da sessão de abril de 2019. Nós queixamo-nos muitas das vezes da fraca



participação do público nestas sessões, no entanto, não tendo divulgação do trabalho que aqui é efetuado certamente que a situação tende a piorar.

A segunda questão prende-se com o Palácio da Comenda e os terrenos envolventes. Foi uma informação veiculada na imprensa local, que aquele espaço foi adquirido recentemente, como sabemos já estava à venda há muitos anos, no entanto, a autarquia de Setúbal e a própria junta de freguesia, foram ao longo dos últimos anos, realizando naquele espaço várias intervenções de recuperação de melhoria significativa. Essas intervenções foram feitas ao abrigo de um acordo verbal com os anteriores proprietários, por isso, seria importante perceber que garantias tem a população de Setúbal, de que pode continuar a usufruir daquele espaço, nas condições que têm utilizado até hoje.

Vítor Rosa (BE) – Como é do conhecimento público as dragagens no rio Sado começaram a 13 de dezembro passado, a grande preocupação manifestada pelo executivo e expressa no seu parecer, em consonância com a comunidade piscatória, era a não colocação de dragados na zona da restinga, mas segundo diversas fontes estão a ser depositados dragados nessa zona. Acresce, também, como preocupação, manifestar e refletir a necessidade de monitorização regular dos sedimentos, sendo que, também, esse é um dos compromissos assumidos pela APSS em reunião da Comissão Eventual, criada nesta câmara. Contudo, até ao presente, não temos conhecimento desde o início das dragagens, nada foi tornado público relativamente a estas monitorizações.

Perguntamos se o executivo tem conhecimento desta situação e que medidas ou esclarecimentos já pediu à APSS.

Carlos Batista (PS) – Deseja a todos um bom, 2020.

Sobre a Herdade da Comenda, todos tivemos conhecimento que ela foi adquirida por novos proprietários, por isso queria fazer as seguintes questões à Câmara Municipal:

Qual o projeto ou projetos já apresentados pelos novos proprietários?

Qual o nível de compromisso que o executivo já assumiu?

Se o executivo já acautelou ou vai acautelar junto dos novos proprietários os espaços que têm utilização pública, nomeadamente o parque de estacionamento da Praia de Albarquel, o Moinho dos Escuteiros, o Parque das Merendas, a Capela de São Luís, etc.?

Agradecia que a câmara nos pudesse dar alguma indicação, uma vez que já existem placas em alguns locais a proibir a permanência de estranhos à herdade.

Afonso Luz (CDU) – A bancada da CDU na Assembleia Municipal de Setúbal, nesta sessão extraordinária, não pode deixar de assinalar com particular agrado, a aprovação na Assembleia da República, no passado dia 18 de dezembro, de dois projetos de resolução, sendo que um deles foi apresentado pelo PCP e outro pelo PEV, os quais recomendam ao Governo um conjunto de medidas de defesa e valorização do Estuário do Sado. Reconhecendo este órgão de soberania a importância do património cultural e ambiental presente neste território, o Partido Comunista Português apresentou um projeto de resolução a recomendar ao Governo, em seis pontos, uma série de medidas, entre elas, que dotasse a Reserva Natural do Estuário do Sado dos meios humanos e materiais efetivamente necessários; que no âmbito da reserva fossem criados programas de estímulo à gestão sustentável dos recursos naturais, protegendo as atividades tradicionais; que reforçasse a monitorização das massas de água da bacia hidrográfica do Sado; a fiscalização de afluições indevidas de origem agropecuária industrial; a eliminação de focos de poluição ainda existentes; que desenvolvesse em conjunto com a comunidade científica e as comunidades locais, programas de sensibilização e educação



ambiental; que promovesse um programa específico dedicado ao estudo, monitorização e conservação da população de Roazes Corvineiros no Estuário do Sado e que, no âmbito do projeto da melhoria das acessibilidades ao porto de Setúbal, garantisse o escrupuloso cumprimento das medidas de mitigação e compensação, de forma a permitir proteger os valores naturais e ambientais do estuário e que fosse encontrada uma solução para a deposição de dragados, alternativa à restinga, que não colocasse em causa a atividade piscatória tradicional, como propõem as organizações representativas da pesca.

Este projeto de resolução foi aprovado, por seu lado, o Partido Ecologista “Os Verdes” em coerência com o que sempre tem defendido, recomendou ao Governo a suspensão do processo relativo às dragagens do Sado, da responsabilidade da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e a promoção de um amplo debate público, com informação atualizada, designadamente sobre défices de estudos de processos de classificação não concretizados e relacionamento com as partes interessadas.

Esta resolução do PEV teve os votos contra do PS e do CDS-PP, a abstenção do Chega e da Iniciativa Liberal e os votos a favor do PSD, Bloco de Esquerda, PCP, PAN, PEV e Livre.

Estando aprovadas estas duas resoluções na Assembleia da República, para além de nos congratularmos com o facto, exige-se agora que o Governo não ignore o seu conteúdo concreto, procedendo de imediato em conformidade com o que é recomendado pela Assembleia da República.

Suzel Costa (PAN) – Congratular o executivo pela criação dos endereços eletrónicos para os grupos e representações municipais desta assembleia, uma forma de aproximar os eleitos da população e de dignificar o papel da Assembleia, porém, e à semelhança do eleito João Viegas, também nos deparamos com atas e editais em atraso, nomeadamente, pararam no tempo em abril de 2019.

A segunda questão prende-se com o problema dos poços a céu aberto no concelho de Setúbal, é um tema a qual também estamos particularmente atentos, tendo em sede desta assembleia alertado o executivo para os cuidados de segurança com os mesmos, no entanto, continuamos a receber denúncias referente a existência de inúmeros poços no concelho sem cobertura. No “Observatório do Afogamento” de FEPONS – Federação Portuguesa de Nadadores Salvadores em 2019, o número de afogamentos no mar foi de 25,3%, e nos poços 20,7%, no que se refere aos animais estes números são desconhecidos.

Tem o executivo conhecimento desta problemática no concelho?

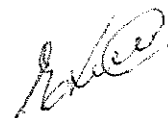
Em caso afirmativo, pretende intensificar as suas ações de fiscalização?

A terceira questão refere-se ao seguinte, recebemos várias denúncias de golfinhos e gaivotas mortas ao longo do Estuário do Sado ou nas suas imediações e também da alteração da cor da água do rio, por diversas associações. Não podemos ignorar a forte possibilidade de as obras de melhoria de acessibilidade ao porto de Setúbal estejam a provocar o que tanto temíamos.

Tem o município conhecimento das ações de fiscalização efetuadas pela APA, assim como as garantias de implementação das medidas de mitigação?

Achamos de suma importância a resposta a estas questões e também o acesso público aos resultados da monitorização da qualidade da água, prevista na avaliação de impacte ambiental.

Manuel Esteves (PS) – Desejar um bom ano 2020. Chamar a atenção por causa do assunto que tem vindo a ser falado há seis anos a esta parte, sobre o passeio entre Vila Fresca e Vendas de Azeitão, que tanta falta faz à população, conforme já foi prometido pela senhora Presidente da Junta e pela senhora Presidente da Câmara, a execução dessa obra.



Os sinais de trânsito na ponte de Alcube foram arrancados, aquilo é uma situação que é muito complicada, porque é uma zona de muitos acidentes, por isso agradeço que tomem essa providência.

Sobre a questão do Vale Florete II, qual a resposta por parte da Câmara? Tenho conhecimento que a associação já entregou na câmara todo o processo. Posso adiantar que o número do processo é 7271/10, que veio do segundo juiz cível de Setúbal, a AUGI é a n.º 16. Penso que estão todos os requisitos aqui, para ver se temos uma resposta acerca do que vai acontecer àquele loteamento de Vale Florete.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Aproveito para desejar a todos um excelente ano de 2020 e bom trabalho. A questão que o PSD trás ao executivo é relativamente à zona nascente da cidade de Setúbal, nos terrenos adjacentes à Fundação Escola Profissional. A ocupação que tem existido ao longo destes anos daqueles terrenos que começou com pequenas hortas, estão agora a ser transformados em depósitos de lixo, ferro-velho e agropecuária. A quantidade de rebanhos de ovinos, caprinos e também de varas de porcos naquela zona, começam a levantar algumas questões relativamente ao perigo de salubridade pública, porque não sabemos se aqueles animais têm algum tipo de controlo veterinário. Perguntámos à Direção Regional de Agricultura e foi-nos respondido que não existe autorização para quaisquer pecuárias naqueles terrenos.

O que é que a Câmara Municipal irá fazer para que aquela situação possa ser controlada?

Os rebanhos pastam sem pastor, por isso, muitos dos animais deslocam-se para a estrada e andam por todo o lado. Não sabemos se daqueles animais estão a extrair leite para ser comercializado, não sabemos se estão a ser mortos para depois serem consumidos, sem controlo prévio. Isto começa por levantar muitas questões relativamente à salubridade.

Por todas estas razões pedíamos que a Câmara Municipal tomasse conta desta situação ou que alertasse as autoridades competentes para poderem intervir.

Celestina Neves (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão) – Um bom ano a todos. Inscrevi-me por causa da intervenção do meu amigo Manuel Jorge. Relativamente à ciclovia e passeio naquela área, a senhora Presidente andou nos últimos dois dias na freguesia, pelo que irá ter notícias de movimentação de terras muito rapidamente, relativamente a essa obra.

Agradecer a informação que deu dos sinais trânsito caídos na ponte do Alcube, julgo que a Câmara Municipal toma conta disso, porque os sinais de trânsito são da responsabilidade da Câmara Municipal.

Relativamente a Vale Florete, dizer que este executivo, pelo menos neste mandato, tem feito um esforço enorme junto das direções das administrações das AUGI's para resolver esse problema em Azeitão e em todo o concelho. O facto de terem entregue o processo na câmara não quer dizer que as coisas estejam de forma a que a câmara as possa aceitar. Aquilo é como uma urbanização, a câmara aceita quando as infraestruturas estão em condições de serem aceites, além de todos os trâmites legais que uma AUGI está sujeita. Sei que a Câmara Municipal tem feito reuniões sucessivas com as direções das AUGI 16, na 27, na 7 e outras e tem disponibilizado técnicos da câmara para ajudar na resolução desse problema. Se ainda não foi recebida é pelo facto de o processo ainda não estar devidamente concluído.

Afonso Luz (CDU) – Para referir a questão que já aqui foi levantada do aparecimento de golfinhos mortos que também preocupa o PEV e, nesse sentido, o grupo parlamentar da Assembleia da República já apresentou numa série de questões que foram solicitadas ao Governo. Se se confirma que poderá haver alguma relação entre o local, onde os golfinhos



foram encontrados e o local da deposição dos dragados? Que diligências foram realizadas para averiguar a causa da morte, quando poderão ser divulgados resultados dessas diligências? Saber dos golfinhos que foram encontrados mortos se pertencerão à comunidade de golfinhos-roazes do Sado? Que quantidade de dragados foi até agora depositada nos locais previstos no projeto melhoria de acessibilidades marítimas ao Porto Setúbal? Que análises têm sido realizadas aos dragados que estão a ser depositados e qual o resultado das mesmas?

Não poderia deixar de referir alguma confusão que foi aqui suscitada sobre esta questão, onde na comunicação social e em posições de algumas associações ambientalistas, se referem golfinhos mortos no rio Sado, quando segundo parece os golfinhos foram encontrados mortos numa zona que fica entre o Carvalhal e a Comporta.

Manuel Esteves (PS) – Agradeço a explicação que a minha Presidente de Junta deu sobre o Vale Florete, uma vez que já aqui foi falado, há vários meses, sobre alguma justificação para esse loteamento, mas o executivo da câmara não tinha conhecimento acerca do assunto. O Vale Florete está completo, não falta nada, tem a água, luz, esgotos, limpeza, carro do lixo, passeios, alcatrão, não lhe falta nada e o processo já foi entregue no município.

b) Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Em relação à questão da página da Internet, já se sabia que havia vários assuntos que estão em atraso, mas algum tempo a esta parte está a ser feita a remodelação global da página de Internet da Câmara, com o acesso ao público. A muito breve prazo a Intranet estará praticamente pronta e a página de apresentação exterior da Internet também vai ter modificações, que irá facilitar o contacto dos munícipes com a Câmara, levo esse reparo para ver se, pelo menos as atualizações daquilo que já está estruturado, não se vão atrasando.

Quanto à questão da Comenda e a informação que é possível dar. Não há processo entregue na câmara, a Senhora Presidente tratou de ver como é que seriam asseguradas as questões que também os senhores deputados aqui colocaram, o espaço de utilização pública que tradicionalmente já de há longos anos têm vindo a ser utilizados pela população, nomeadamente o Parque de Merendas da Comenda. Na resposta que há nesses contactos, os novos proprietários não têm intenção de alterar o uso pela população, mas, naturalmente que querem fazer a requalificação da propriedade, quer no espaço verde quer nos imóveis requalificando a propriedade. Informaram a Senhora Presidente que não querem criar conflitos com a população e independentemente da requalificação que tenham que fazer, será encontrada a maneira da população continuar a usar aquele espaço, mas daí, até manter a liberdade plena de acesso ao interior da propriedade já é outra coisa. Começou a estranheza de haver algumas vedações levantadas, sinais de interdição de acesso, no entanto ficou o compromisso de que não iria haver interdição aos habituais espaços utilizados pela população.

Quanto à questão da restinga, da monitorização e dos golfinhos, o que é que a câmara fez! A câmara tem dado crédito às entidades com responsabilidade e competência na área. Se em relação aos golfinhos, o ICNF já se pronunciou, a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra também já se pronunciou e comprovaram que não são golfinhos desta comunidade, nem tem que ver com os trabalhos da dragagem do rio Sado. São cadáveres que deram à costa já algum tempo, até antes de se iniciar as dragagens, foram contabilizados golfinhos que deram à costa no Carvalhal ou na Comporta, assim como as respetivas gaivotas. Ouí na TVI ou na TVI 24 uma jovem cientistas dizer que havia estudos científicos que provavam essas



coisas todas, mas não citou nenhum estudo científico. A preocupação é saber se há uma causa-efeito direta dos trabalhos que estão a ser efetuados, com o aparecimento destas mortes. Os golfinhos que estão na comunidade do Estuário do Sado não tiveram até agora qualquer efeito em relação à monitorização. A APSS garante que existe um plano de execução de monitorização completo conforme o que foi previsto, que está a ser executado. As dragagens começaram duas ou três semanas e ainda não temos resultados na mão, mas podemos pedir, assim como a Comissão Eventual da Assembleia Municipal o pode fazer. Se está em execução esse plano de monitorização é normal que as análises e os riscos que possam aparecer venham a ser conhecidos atempadamente.

Quanto à posição da restinga também não há informação que tenha sido excedido aquilo que tinha sido prometido inicialmente, até porque havia uma redução de cerca de 80%, da deposição inicialmente prevista “*conter a posição na restinga em cerca de 20%*”. Foi feita a deposição naquele aterro a seguir ao porto, agora a questão é saber se os limites de 20%, que a APSS garantiu que se iria restringir, vai ser cumprido, mas para isso é preciso que a monitorização apresente os seus resultados.

O senhor deputado Carlos Batista perguntou, em concreto, qual o projeto e o compromisso nos espaços públicos. Não há projeto em relação à Comenda, não se sabe que tipo de obras estão já a ser feitas, há obras que têm que ser licenciados ou não, isso ainda não está, mas não quer dizer que não venha a ser apresentado. A compra daquele espaço é recente, os proprietários manifestaram interesse em recuperar o espaço, para isso terão que fazer obras e aquilo que for objeto de licenciamento naturalmente terá que ser apresentado. O facto de não ter aparecido pedido de licenciamento antes de ser conhecida a intenção de fazer obra, também não é de estranhar. Não há até agora grandes dúvidas que se queira fugir ao procedimento normal das obras particulares. Os espaços disfrutados pela população mantêm-se garantida de que serão usados conforme o habitual, outra coisa serão os espaços interiores. A resposta de intenção dos novos proprietários, é de que se mantenha a ser usado pela população. Para a câmara foi uma resposta bastante positiva.

Em relação à questão do Vale Florete, perder a esperança, nunca! A Senhora Presidente da Junta já lhe disse que a obra do passeio de Vila Fresca e Vendas já está a mexer, não há que perder a esperança em relação ao Vale Florete II, há documentação entregue, os serviços estão a apreciá-la e há que haver contactos com proprietários privados e com a câmara de Palmela. O processo está em apreciação, o facto de não termos já a decisão para poder responder nesta Assembleia ao senhor Manuel Esteves não significa que o processo esteja esquecido, perdido ou atrasado. Naquilo que deu entrada nos serviços municipais está a ser tratado tecnicamente. Quanto aos terrenos, às ocupações e aos animais que vagueiam junto ao Arquivo Distrital/Escola Profissional e noutras áreas, está a ser tratado com o IRU, porque se tratam de terrenos do IRU e está-se a preparar uma intervenção para fazer uma limpeza daquelas zonas, quer na ocupação para as hortas, quer na ocupação das quintas com animais, e evitar que cresça naquela zona um bairro de barracas. Hoje, irá a discussão um projeto que vai exigir que essas zonas sejam ordenadas e não tenham essa utilização clandestina, tal como tem vindo a acontecer. Isso está a ser tratado com o IRU e está a ser preparado uma intervenção para a limpeza dessas zonas e no sentido de ordenar essas áreas.

Em relação à preocupação com os golfinhos, não há nenhuma evidência que tenha que ver com as dragagens. A preocupação que o Partido “Os Verdes” colocou, naturalmente que o município também tem em conta e nos mesmos termos, assim como as restantes questões colocadas pelo Bloco de Esquerda e PAN.



c) Saudações, votos e moções

Pedro Vieitas (PPD-PSD) – Leu a seguinte moção, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 9:

“MOÇÃO

Construção de Unidade de Saúde na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra

A Constituição da República Portuguesa (CRP), consagra no seu art.º 64.º, a proteção da saúde como um direito fundamental de todos os cidadãos, realizado através de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) universal, geral e tendencialmente gratuito, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos.

Os cuidados de saúde primários são o primeiro contacto do utente com o SNS e esses cuidados devem ser de fácil acesso e de proximidade, de forma a responderem rápida e adequadamente às necessidades da população.

A população da freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra desde há muito que manifesta a sua insatisfação no acesso aos cuidados de saúde primários devido à não existência de um local na freguesia onde os mesmos sejam prestados, tendo de recorrer à Unidade de Saúde Familiar (USF) do Sado ou à Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de S. Sebastião, os quais ficam fora da área geográfica da freguesia, queixando-se ainda a população da falta de transportes públicos que lhes permita o acesso às mesmas.

Os sucessivos Governos da República não têm respondido às reivindicações da população e dos seus representantes eleitos, no que concerne a dotarem esta freguesia de um equipamento de prestação de cuidados de saúde.

Mesmo o recente protocolo celebrado entre o Município de Setúbal e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo para a construção de três unidades de saúde no concelho de Setúbal, não contemplou esta freguesia, que se vê assim afastada de num futuro próximo, de ter acesso a cuidados de saúde.

O Plano de Melhoria da Resposta do SNS aprovado pelo atual Governo, prevê um reforço do orçamento do setor em 800 milhões de euros.

O Governo autorizou também a abertura de mais 20 Unidades de Saúde Familiar (USF) para o presente ano de 2020.

Assim, e atendendo que a construção de uma Unidade de Saúde na Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, é uma clara opção política de valorização do SNS, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida em sessão extraordinária a 17 de janeiro de 2020, por proposta do Partido Social Democrata, delibera:

1 - Manifestar a necessidade urgente da construção de uma Unidade de saúde na área territorial da freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra;

2 - Apelar à Câmara Municipal de Setúbal que em conjunto com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, altere o protocolo existente ou celebre um novo, para que passe a constar a construção de uma unidade de saúde na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.”

João Luz (CDU) – Dividiríamos esta moção em duas questões distintas, uma primeira pela natural compreensão de apoio à reivindicação das populações de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, naquilo que é a sua insatisfação relativamente aos cuidados de saúde primários, que lhes estão disponíveis e sobretudo um problema que afeta de alguma forma significativa todo o concelho, que é o número de utentes sem médico de família ainda atribuído. Esta é uma questão que temos colocado nos nossos programas eleitorais, também no quadro da própria intervenção na freguesia e que estamos inteiramente de acordo.



Há uma segunda questão que é relativa ao protocolo e à proposta, no sentido de deliberar que se recomende a alteração deste protocolo. Entendemos que existem razões para o protocolo ter sido definido da forma que foi, achamos que esta assembleia devia conhecer essas razões e aprofundar o conhecimento sobre esta realidade da saúde no concelho, e partindo da moção que é apresentada, aquilo que se sugeríamos, se os proponentes estivessem de acordo, era que se pudesse conduzir esta moção à Comissão de Questões Sociais e se pudesse analisar o protocolo e os motivos que o levaram a ser construída desta forma, e depois voltaremos a apreciar em plenário esta questão, porque esta unidade de saúde da freguesia de Gâmbia Pontes e Alto da Guerra não foi colocada por razões objetivas, que a assembleia já as devia conhecer. Era esta a proposta que fazíamos.

António Caracol (PS) – Saudar a todos neste novo ano. Saudamos o facto de o Partido Social-Democrata reconhecer o grande investimento que este Governo está a fazer na saúde, nomeadamente a nível dos horários dos hospitais que estão previstos, sendo um no nosso distrito, o hospital de proximidade do Seixal. A nível de unidades de saúde primárias que vem na moção, são uma verdade, as três para o nosso concelho são uma realidade importante. Não descuramos o facto de possivelmente serem necessárias e a pertinência que o Partido Social Democrata reivindica para a Gâmbia Pontes e Alto da Guerra, no entanto, não podemos tentar fazer tudo no mesmo momento. Como o Governo do Partido Socialista, tudo o que se compromete é para cumprir, não vale a pena assumir compromissos que não são para cumprir. O Hospital do Seixal estava previsto e vai avançar agora. O Partido Social Democrata podia ter feito quando foi governo, poderia ter implementado algumas destas unidades, mas não o fez.

Pedro Vieitas (PPD/PSD) – Relembrar que quando foi realizado o protocolo com a Câmara Municipal de Setúbal, não se sabia deste reforço de 800 milhões de euros, por isso temos aqui um dado novo.

Aceitamos a proposta da CDU, que baixe à Comissão, visto que há também aqui este dinheiro novo que desconhecíamos, por isso aceitamos o repto lançado pela bancada da CDU.

Vice-Presidente da Câmara – É evidente que se os 800 milhões não forem para reforçar os défices do Sistema Nacional de Saúde, mal está o país. É difícil de acreditar que eles venham com Unidades de Saúde Familiar, o essencial é que seja cumprida a promessa feita relativamente àquelas três unidades para Setúbal, São Sebastião, Santos Nicolau e Azeitão. Essa é a nossa batalha.

A propósito disso, cabe dar aqui a informação de que este executivo municipal e as juntas de freguesia participámos, neste fim-de-semana, num encontro de municípios no Porto, na conferência do Jornal de Notícias sobre a descentralização.

A questão mais aflitiva que apareceu aos municípios é a insuficiência de meios para a transferência de competências na área da saúde e da educação. Sabemos que o nosso município, entre a saúde e a educação, falta-nos logo no primeiro ano 19 milhões de euros. Sabemos que essa transferência de competências é difícil e a educação e a saúde são as mais difíceis. Provocou alguma reação na senhora ministra, que tem as novas competências nesta área, mas isso não é o abandono da intenção até 2021 e é isso que é necessário e tomámos conta que não há condições para assumir e, muito menos, sem as promessas cumpridas destas unidades básicas de socorros de saúde de primeira necessidade.

Vamos ver, senhor deputado, se o seu Governo consegue cumprir, pelo menos, aqui no Seixal e aqui nas três de Setúbal, o que já era um grande avanço.



Vitor Ferreira (PS) – Cá estaremos todos para ver se cumpre, ou não, mas estou a falar em nome da bancada para me associar àquela que é a proposta da CDU, que, entretanto, já foi aceite pelo proponente, porque no fundo é, como começou por dizer o senhor deputado, que estamos aqui para assegurar aquele que é o superior interesse das populações e, portanto, concordamos que baixe à comissão para podermos analisar melhor a situação.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta da Moção baixar à Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais aprovada por unanimidade e em minuta.

João Viegas (CDS-PP) – Apresentou o Voto de Pesar pelo falecimento de Henrique Soudo, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 10:

“Voto de Pesar

Pelo falecimento de Henrique Soudo

Faleceu no passado dia 3 de Janeiro, aos 89 anos, Henrique Paulo das Neves Soudo.

Um dos mais conhecidos e conceituados médicos de Setúbal, caracterizava-se pela irreverência, combatividade e um sentido de humor permanente.

Ao longo da sua vida, sempre se bateu pelas causas em que acreditava, participando ativamente e com a frontalidade que todos lhe reconheciam, sendo muitas vezes controverso nas posições que defendia.

Henrique Soudo nasceu em Setúbal a 6/4/1930, médico, otorrinolaringologista, foi médico paraquedista em Angola, país onde igualmente trabalhou, regressando a Portugal após o 25 de Abril.

Do seu longo e preenchido percurso de vida, podemos destacar a Presidência da Vitória Futebol Clube entre 1979 e 1981, para além de outras participações em órgãos sociais, neste que foi o seu clube do coração.

Foi vogal do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos.

Na política, sempre se bateu pelos seus valores e preocupações, tendo sido eleito em 1983, Deputado pelo CDS na Assembleia da República na 3ª Legislatura.

Foi igualmente presidente da Comissão Política Concelhia de Setúbal do CDS e candidato à Câmara Municipal de Setúbal em 1993.

“Tradição e Bairrismo” foi o slogan da sua candidatura autárquica, o qual revela bem os seus principais valores e preocupações.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 17 de Janeiro de 2019:

1. Aprova o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento de Henrique Soudo, guardando um minuto de silêncio em sua memória;

2. Manifesta à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.”

Paulo Calado (PPD/PSD) – Para dizer que nos associamos também a este voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, e que obviamente manifestamos as nossas condolências à família do Dr. Henrique Soudo.

Já agora sugeria um minuto de silêncio, uma vez que é uma personalidade que teve um papel importante na nossa cidade.

Vitor Ferreira (PS) – Dizer, como seria natural, que a bancada do PS se associa, porque era uma pessoa de valor, uma pessoa da nossa terra e era uma referência, independentemente de

momentos em que se pode ter tido discordância, mas é com todos que contruímos a democracia e o futuro.

João Luz (CDU) – É também para nos associarmos, em nome da bancada da CDU, a este voto de pesar, independentemente das muitas e grandes divergências que fomos tendo, mas era uma pessoa e uma referência da nossa cidade e também da participação democrática no quadro do Município de Setúbal.

Não havendo mais intervenções, foi o Voto de Pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Suzel Costa (PAN) – Apresentou a Recomendação “por um uso mais eficiente e transparente das águas municipais, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11:

“Recomendação

Por um uso mais eficiente e transparente das águas municipais

Considerando que:

A água é parte integrante do património do planeta; sendo cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão, inteiramente responsável aos olhos de todos. Ela é condição essencial para a vida de todos – vegetais, animais ou seres humanos. A água não é somente herança dos nossos antepassados; ela é, sobretudo, um empréstimo dos nossos sucessores. A sua proteção constitui uma necessidade vital, assim como a obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras (Declaração Universal dos Direitos da Água, ONU, 22 de março de 1992).

O consumo de água para uso doméstico em Portugal aumentou, em 2017, tendo cada morador gasto 126 litros por dia, (124L em 2016), assim como o encargo médio com a água para o utilizador final (131 euros/ano).

Em 2017, o Relatório Anual da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) registou 256,6 milhões de metros cúbicos de água não faturada, água esta tratada e com qualidade para abastecimento, mas perdida e desperdiçada, perdida em condutas e canalizações envelhecidas até chegar às torneiras e contabilizando também as que são utilizadas para fins públicos não pagos, por exemplo, na rega de jardins ou enchimento de piscinas. De acordo com o relatório de 2019, em Setúbal, a percentagem de água não faturada foi de 27.7% (7691579 m³), sendo que apresentou ainda um mau desempenho na reabilitação de condutas (0,6%) e perdas reais de água (272 [[L/(ramal.dia)]; [m³/(km.dia)]]). A escassez da água, quantitativa e qualitativamente, é fruto de desequilíbrio entre a disponibilidade dos recursos hídricos e a necessidade dos usos, potenciado por fenómenos resultantes de ações antrópicas e alterações climáticas. O crescimento urbano, a atividade industrial e o conjunto das atividades ligadas à agricultura e à pecuária são os grandes responsáveis pela degradação da qualidade dos nossos recursos hídricos.

As águas residuais domésticas, ou a mistura destas com águas residuais industriais e/ou com águas pluviais são definidas como águas residuais urbanas, sendo o seu tratamento em Portugal regulado pela Diretiva 91/271/CEE posteriormente alterada pela Diretiva 98/15/CE e pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003. Estas Diretivas foram transpostas para a legislação portuguesa, com os requisitos constantes do Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.s 348/98, de 9 de Novembro, e 149/2004, de 22 de Junho.



Depois de tratadas nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs), as águas residuais urbanas são restituídas ao meio ambiente, obedecendo a critérios de qualidade determinados pela legislação em vigor, de modo a minimizar os impactos no meio recetor. Paralelamente, dependendo da sua qualidade podem ser reutilizadas em algumas atividades. Um pouco por todo o país tem-se assistido a problemas, por vezes muito graves, no funcionamento das ETARs, acontecendo com frequência descargas diretas para os rios. Ao longo da história do município de setúbal, o rio Sado, várias ribeiras e linhas de água foram, e ainda são, alvo de descargas de esgotos que vão contaminando os recursos hídricos. Atente-se ao que ocorre na Carmona de Brejos de Azeitão, que descarrega águas residuais industriais tratadas na linha de água, e que apresentou de acordo com o seu histórico alguns incumprimentos, à existência de bacias ainda não ligadas a sistemas de tratamento, e aos caudais descarregados no rio Sado sem qualquer tratamento antes da construção do emissário Ciprestes do Bonfim.

O Decreto-Lei n.º 119/2019 de 21 de agosto estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização (ApR), obtida a partir do tratamento de águas residuais, bem como da sua utilização, por forma a promover a sua correta utilização e a evitar efeitos nocivos para a saúde e para o ambiente. “Para fazer face à procura crescente de água, a reutilização constitui uma origem alternativa, contribuindo para o uso sustentável dos recursos hídricos, na medida em que permite a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, enquanto se salvaguarda a utilização presente, em linha com os princípios da economia circular. A reutilização de água residual tratada é, aliás, um exemplo do que pode constituir uma medida de adaptação às alterações climáticas e uma boa prática de gestão da água, designadamente para fazer face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de secas e de escassez de água, permitindo aumentar a resiliência dos sistemas contando-se entre as medidas previstas no Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas”.

Durante o processo de tratamento das águas residuais urbanas são produzidas lamas ou resíduos de natureza orgânica. Este subproduto das ETAR, as lamas de depuração, têm como destino o armazenamento temporário, a valorização por compostagem, ou a deposição em aterro sanitário.

Face ao exposto, atenta a pertinência da matéria, a Assembleia Municipal de Setúbal reunida em sessão extraordinária a 17 de janeiro de 2020 delibera, na sequência da presente proposta do Pessoas-Animais-Natureza, recomendar à Câmara Municipal de Setúbal que:

1- Interceda junto da Águas do Sado para:

- a) Tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes libertados pelas ETAR, nomeadamente os resultados das análises que são periodicamente enviados à APA;*
- b) Prestar informação ao público sobre indicadores referentes a volume total de água faturada; água não faturada; volume de água residual tratada; volume de água residual facturada; evolução da produção de lamas ao longo do ano e a sua distribuição por destino final; entre outros indicadores relacionados com o tratamento de águas residuais;*
- c) Implementar metodologias de redução das perdas de água;*
- d) Disponibilizar informação ao público sobre o programa de monitorização da qualidade da água no estuário do rio Sado;*
- e) Proceder ou acelerar a certificação de sistemas de gestão ambiental, gestão de qualidade e certificação energética.*
- f) Proceder ou acelerar a elaboração dos planos de contingência e eficiência energética.*



2- Reutilize as águas residuais provenientes das ETARs urbanas, nomeadamente para rega e usos paisagísticos que contribuirão para uma gestão mais sustentável dos recursos hídricos.”

João Luz (CDU) – Relativamente a esta recomendação apresentada pelo PAN, é de saudar o levantar-se a questão da água e da necessidade do seu uso mais eficiente e de um controlo democrático e popular da água, da sua qualidade e nos seus vários usos.

Esta recomendação levanta um conjunto de questões que, em nossa opinião, é bastante complexa e que fragiliza aquilo que é o enunciado da própria recomendação, porque ela diz visar um conjunto de coisas relativas ao uso mais eficiente e transparente, mas depois a própria recomendação parece-me pouco eficiente e muito pouco transparente.

Esta recomendação confunde água não faturada com perdas de água, um conjunto de usos de ordem social, como a utilização dos Bombeiros, de coletividades e por aí fora, e que não é faturada e que não pode ser confundida com perdas reais de água. Esse é um dos elementos.

Um segundo elemento, é uma correção profunda, é uma inverdade que vem escrita nesta recomendação, porque a Carmona não descarrega águas residuais industriais tratadas em linha de água, não é assim, pelo menos desde 2017 de certeza que não o é. Ela é descarregada na rede em baixa das Águas do Sado que com o protocolo, entretanto assinado, entrega na ETAR na Quinta do Conde, e é esse efluente tratado pela SIMARSUL.

Relativamente ao conteúdo deliberativo desta recomendação, há também aqui um conjunto de questões pouco claras, na nossa opinião. Em primeiro lugar, há uma confusão entre controlos analíticos e conformidades e isto importa tentar perceber quando se diz, *“Tornar públicas as análises da qualidade dos efluentes libertados pelas ETAR”*. O que é que os proponentes estão a propor? Se estamos a falar das análises mensais feitas, se são das análises regulares de conformidade e entregues à ERSAR e à APA, porque aqui é nessas que fala, mas essas são públicas e são aquelas que determinam o estado da conformidade da infraestrutura e o seu cumprimento, o qual é apurado em função de um conjunto alargado de controlos analíticos e não apenas de um ou outro incumprimento pontual verificado em algum parâmetro da análise de conformidade.

Estas duas questões colocam-se, porque o relatório anual da entidade reguladora disponibiliza anualmente este conjunto de informação que está aqui colocado.

Depois há aqui o interceder para implementar metodologias de redução de perdas de água, seja uma empresa, seja um município, seja quem for que proceda ao abastecimento de água quer, certamente, reduzir perdas de água. Que metodologias são estas? Existem metodologias já implementadas, não existem? Estamos a falar do quê?

Quanto ao programa de monitorização da qualidade de água no Estuário do Sado, esta é uma competência, acima de tudo, da ARH Alentejo. A monitorização do Estuário, para além daquilo que são os pontos de análise a que a empresa tem obrigatoriamente, por via da descarga do emissário, de descarga da ETAR, se quisermos conhecer a qualidade e a monitorização da qualidade das massas de água do Estuário do Sado, não me parece que seja uma competência de uma empresa fornecer os dados desta monitorização, porque ele deve ser mais aprofundado com outros pontos de amostragem, que não apenas aqueles que decorrem do emissário da ETAR, e é a ARH Alentejo que nos deve dar esses indicadores.

Também nos parece de todo inadequado que uma Assembleia Municipal interceda junto da câmara e que seja a câmara a colocar a uma empresa, neste caso à concessionária do serviço. Não sabemos se já têm ou se é preciso acelerar a certificação.

As certificações são atos de livre gestão das entidades gestoras de água e de saneamento, e não nos parece que caiba a uma entidade externa (neste caso), ainda que com poderes de

concedente em relação ao serviço de águas e saneamento, estar a exigir qualquer tipo de certificação.

Por último, a questão que é, talvez, a mais complexa, porque não parece que alguém que esteja em desacordo com a necessidade de aprofundar a reutilização das águas residuais tratadas, que é um importante recurso que pode contribuir para uma poupança significativa da água captada e da água para abastecimento, tenha, face à legislação recentemente aprovada, complicações relevantes, designadamente em matéria de preço. O que significa, não se poder, por um lado, apostar efetivamente na reutilização destas águas residuais e depois, por via da necessidade de um conjunto de controlos analíticos apertados de níveis de tratamento e desinfeção superior àquele que é exigido para a água que é tratada pela ETAR, para um conjunto de usos considerados menos nobres, ter este conjunto de custos associados tornando-a bastante mais cara do que a água para abastecimento.

Na nossa opinião, enquanto não for resolvido este problema, muitos continuarão a usar a água que é mais barata que a água tratada para abastecimento público, isto é um problema, de facto, grave que a todos nos deve preocupar.

Aliás, para o uso que está aqui referido, que é o da rega, e para usos paisagísticos as regras são, como sabem no quadro da legislação aprovada para a reutilização, bastante apertadas. Há um conjunto de outros usos, na nossa opinião, desde a lavagem de rua, a lavagem de carros e varredoras, carros do lixo, contentores, que poderiam estar perfeitamente a ser utilizadas estas águas residuais tratadas e que não estão e que deverão passar a estar, mas sempre com esta preocupação, que continuamos a colocar, da necessidade de diminuir substancialmente o custo de investimento necessário para se produzir esta água residual tratada, com capacidade de ser reutilizada.

Tendo em conta este conjunto de questões pouco claras, do ponto de vista da formulação desta recomendação, infelizmente, não a poderemos acompanhar.

Manuel Fernandes (PS) – As recomendações e as diretivas comunitárias, ao longo dos anos, têm tido um escrutínio, cada vez maior, acerca da qualidade da água, da distribuição da água para consumo público e uma maior pressão em cima das entidades competentes no que diz respeito à regulamentação de água.

Principalmente na última década, este assunto tem estado na ordem do dia sob várias formas nos organismos, quer internacionais, quer organismos nacionais, e entendemos que foram aqui levantadas uma série de questões que o senhor deputado João Luz já referiu, e que estas questões poderão ser clarificadas em sede de comissão própria, com os pareceres das entidades competentes.

Se a proponente da recomendação assim o entender, propúnhamos que esta recomendação baixasse à comissão para que, em lugar próprio, pudéssemos clarificar uma série de questões que foram aqui levantadas e que são pertinentes e que poderiam efetivamente ser abordadas de uma forma mais profunda, com uma maior complexidade que é inerente ao próprio assunto e que não deixa de ser um assunto muito importante e sério. Assim recomendaríamos que baixasse à comissão para uma melhor averiguação.

Suzel Costa (PAN) – No pouco tempo que me resta, não posso aqui refutar ou exprimir argumentos em relação ao que foi dito pelo deputado João Luz, mas os dados que aqui apresentei não são meus, a água não faturada e as perdas são do ERSAR e a definição do que é uma água não faturada também é deles.

Em relação, por exemplo, à monitorização dos parâmetros é à semelhança de uma monitorização simples, como fazem das águas do Algarve, por exemplo, em que estes



parâmetros estão todos disponíveis no site da empresa Águas do Algarve, aqui nas Águas do Sado não temos. Vemos nas águas de abastecimento, mas nas águas residuais não, é um parâmetro importante, porque como disse no início, a água não é um legado dos nossos antepassados, não é apenas isso, é um empréstimo para os nossos sucessores.

Não me oponho que baixe à comissão para ser reformulado, se assim o entenderem.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta de baixar à Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade aprovada por unanimidade e em minuta.

III – PERÍODO DESTINADO A INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 417/19 – Proposta n.º 76/2019 – DAF/DICONT/SERGE – Aquisição do imóvel designado por PM 25/Setúbal – “Edifício da Praça do Bocage”

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com 6 votos a favor, 3 da CDU, 2 do PS e 1 de AC, 1 voto contra do BE e uma abstenção do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – O que me leva a intervir é suscitar aqui esta dúvida, é que há um valor expresso, em termos de aquisição e a avaliação que a câmara produz é substancialmente superior, e atendendo à polémica que existe entre a Segurança Social e a venda de habitações à Câmara Municipal de Lisboa, pergunto se daqui decorre alguma incompreensão, pelo menos, do expresso?

Vice-Presidente da Câmara – O que o senhor deputado não referiu foi a apreciação do Tribunal de Contas, que no caso de Lisboa está a emitir um parecer que é desfavorável a uma diferença de avaliações entre o Município e a Segurança Social que está a vender.

Aqui há uma avaliação e há uma compra, não há um confronto de avaliações, mas se o Tribunal de Contas vier dizer que esta compra vai ser feita, há que lhe perguntar como é que se ofende o interesse público passando de uma entidade pública para uma outra entidade pública, como também é o caso de Lisboa.

A utilização dos bens públicos, dos imóveis públicos, se há agora aí alguma questão em relação à diferença de preços, espero que não, mas não sei se pelo valor terá que ir ao Tribunal de Contas. Está ali o Dr. Paulo Hortênsio a dizer que terá de ir.

A Câmara Municipal só tem uma explicação a dar, é que tenta fazer os melhores negócios para o interesse das suas populações, o Estado ou o Exército, o proprietário daquele edifício está no país todo e para os setubalenses é bom comprar mais barato. Acharia difícil de justificar se comprasse mais caro.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, 3 votos contra, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 13.

2. Deliberação n.º 420/19 – Proposta n.º 57/2019 – DURB/DIPU/GAP – Reconhecimento pela Assembleia Municipal de Setúbal, do interesse público municipal relativo à instalação de parque temático – Wake Park na Herdade de Santas, Freguesia de S. Sebastião

Jerónimo Lopes (CDU) – Antes de ler o parecer da comissão, solicitava aos membros da Assembleia, aos deputados eleitos, que também possam proceder à leitura daquilo que é referido no ponto prévio da ata, onde são abordadas quatro questões que não sendo matéria de discussão nesta assembleia merecerem o conhecimento e a apreciação por parte do plenário. Relativamente a esta deliberação a Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 5 da CDU e 3 do PS, e 2 abstenções, 1 do PAN e 1 PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

António Caracol (PS) – Aquando da discussão deste ponto na comissão, surgiram algumas dúvidas, preocupações pelo facto onde vai nascer este parque.

Foram identificadas algumas habitações (se é que assim se podem chamar), proliferações de terrenos com pequenas hortas e também a questão da criação de gado para uso próprio, julgo eu. Até há relatos de abate de animais no local, como já foi referido também noutra zona no início da reunião.

A nossa questão na comissão era saber como é que poderão conjugar um parque com esta dimensão com o propósito e objetivo que tem de saúde, com o facto de na vizinhança termos uma situação como esta.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor deputado António Caracol, muito obrigado pela questão, mas suponho que sabe perfeitamente qual é a resposta e obrigado pela oportunidade de me dizer que não conjuga.

O deputado Pedro Vieitas há pouco colocou a questão, e é óbvio que uma infraestrutura, um equipamento destes não é compatível com os animais ali a pastar sem controlo e com as casotas. Aquela zona tem que ser ordenada fatalmente e é o procedimento do ordenamento e da expansão da cidade orientado como está previsto desde há muito tempo, é a cidade a crescer com os equipamentos que a vão requalificando para aquela zona, portanto, não conjuga de maneira nenhuma.

Aquela zona tem que ser ordenada e têm que ser tirados de lá os animais e as construções de habitações, mas julgo que naquela zona não haverá nada, talvez esteja lá uma ruína, mas não se pode dizer que é uma habitação.

Aquilo sempre foi um canavial, não tem outra utilização, é uma zona de leito de cheias, tem uma utilização que é compatível na sua função de utilização de águas com a regularização até daquela vala real, que é a Vala de Santas. É um equipamento que merece a atribuição de utilidade pública, é um equipamento que valoriza bastante o município e é útil para as populações.

António Costa Ferreira (PPD/PSD) – Absteve-me na reunião da Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade, porque surgiram algumas dúvidas e que depois de ler alguma documentação ainda fiquei com mais certeza de que devia, pelo menos, colocar a questão. As acessibilidades a este parque far-se-ão através da Estrada Nacional 10-8 ou pela Estrada de Santas?

Essa é uma questão que gostava que ficasse esclarecida, porque os documentos sugerem uma rotunda na EN 10-8 e julgo que isso vai ser muito complicado, uma vez que é um assunto que já vem detrás relativamente às acessibilidades às Praias do Sado e que deveria ser equacionado se realmente vai ser ou não.

Por um lado, é realmente a tal paisagem e desordenamento do território que é visível deste Eco Parque, mas por outro lado, dizer que aquele território foi de arrozais e estão classificados como tal na Carta Militar. Não são terrenos que são de nível variável, são inundáveis e servem de prevenção quanto às cheias.

Espero que todos os focos de poluição na linha de água de Santas sejam colmatados para que não chegue poluição a este Eco Parque.

Relativamente a este assunto vamos votar favoravelmente e que haja, por parte da câmara, a preocupação em realmente criar-se condições.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor deputado, deve ser vício profissional, com certeza, vê sempre os aspetos técnicos em pormenor quando estamos a tratar destes assuntos.

Este projeto teve um estudo de impacto ambiental e foi escrutinado nesse aspeto. Vai ordenar aquela zona e é evidente que não vai evitar que aquilo seja um leito de cheias. O uso que lhe é dado só é permitido e só lhe é autorizado este uso, porque vai possibilitar manter essa função. Se no século, não sei qual, houve ali um arrozal plantado não vamos dizer que essa tradição tem que se manter para o futuro.

Devemos ser quase da mesma idade, e nenhum de nós deve ter visto ali arrozais plantados, não sei se o senhor deputado viu, mas são coisas de outros tempos. Isso vai impedir o quê? Não me parece que impeça nada e não vamos imaginar que o Parque Aquático vá funcionar com águas contaminadas, que não tenham que ser tratadas, que não tenham que ser depuradas, naturalmente que aquilo só vai melhorar.

Quanto às acessibilidades, não vou agora discutir consigo se é na rotunda aqui ou na rotunda ali ou se o acesso às Praias do Sado vai ser beneficiado com isso ou não. Acho que sim! Vai criar condições com melhor acesso.

Na altura própria, a questão das acessibilidades vai ser tratada e, se calhar, não está aqui neste projeto completamente explicado, mas esteja descansado que os serviços de urbanismo da câmara estão bem atentos e estão a procurar uma solução que facilite também toda a ligação a Praias do Sado, porque o próprio empreendimento tem vantagem em ter utentes do lado de lá da linha férrea e do lado de cá do centro da cidade. Isso será tratado e é uma boa oportunidade para ordenar em termos de acessibilidades, em termos ambientais, em termos de tratamento das águas e de tratar da envolvente daquela zona.

É um projeto que vai ter benefícios acessórios, digamos assim, benefícios complementares bastante grandes para aquela área.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 3 abstenções, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.



Suzel Costa (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Continuamos preocupados com o impacto deste projeto e com a privatização do património ambiental.*

Se a reabilitação da zona lagunar nos parecia um aspeto positivo, já a pressão antropogénica sobre esta zona é um fator preocupante, um lugar na edificação das aves.

As zonas RAM são instrumentos de ordenamento do território que devem ser preservadas, salvo raras exceções de elevado valor, uma grande mais valia ambiental ou social é que poderiam ser alterados.

À parte de todos os interesses públicos, ou privados, ou público-privados que este Parque Temático parece potenciar, preocupamo-nos com outros mais básicos e profundos que não estão a ser levados em linha de conta, tanto que muitas vezes nem neles refletimos efetivamente por considerarmos que são alienáveis, direito ao espaço público e à livre expressão também individual.

Preocupamo-nos que este tipo de projeto possa ser mais uma forma de incentivo ao consumo, a invasão à realidade nestes espaços que também são vigiados e em que pagamos para entrar. A realidade veste umas cores que quem as controla decide e não deixa margem para um verdadeiro exercício da nossa expressão individual.

Preocupamo-nos, nestes tempos líquidos, em que tudo muda e em que a moda de hoje já não é a de amanhã, que este seja mais um projeto que amanhã irá legar aos nossos filhos e aos nossos netos cabos de aço ao invés de terrenos férteis para a agricultura.”

3. Deliberação n.º 07/20 – Proposta n.º 06/2020 – DAF – Empréstimo médio / longo prazo - Investimentos 2019 - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52º, RFALEI

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 4 votos a favor, 3 da CDU e 1 de AC, 3 votos contra, 2 do PS e 1 do PPD/PSD, e uma abstenção do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 21 votos a favor, 20 da CDU e 1 de AC, 14 votos contra, 9 do PS, 4 do PPD/PSD e 1 do CDS-PP, e 3 abstenções, 2 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

4. Deliberação n.º 08/20 – Proposta n.º 07/2020 – DAF – Empréstimo médio/longo prazo - habitação social (eficiência energética) - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52º, RFALEI

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 8 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS, 1 do BE e 1 de AC, e uma abstenção PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 34 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 2 do BE, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 de AC, e 4 abstenções do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 17.



5. Deliberação n.º 09/20 – Proposta n.º 08/2020 – DAF – Contratação de empréstimo de médio / longo prazo | IFRRU2020 - Pedido de autorização prévia n.º 2, artigo 52º, RFALEI

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS e 1 de AC, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 1 do PAN e 1 de AC, 1 voto contra do CDS-PP e 6 abstenções, 4 do PPD/PSD e 2 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

6. Deliberação n.º 10/20 – Proposta n.º 09/2020 – DAF – Procedimento de contratação de empréstimo de m. l. prazo - Terminal interface | adjudicação

Antonieta Santos (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deu parecer favorável por maioria, com 7 votos a favor, 4 da CDU, 2 do PS e 1 de AC, e 2 abstenções, 1 do PPD/PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Suzel Costa (PAN) – O PAN vai acompanhar esta proposta, o terminal ou uma plataforma intermodal aqui em Setúbal e a integração e a combinação dos diferentes modos de transporte, como o ferroviário e o rodoviário, de forma controlada, tendo como objetivo a deslocação contínua dos utentes, dos munícipes.

A transferência do modo de transporte para outro num único local parece-nos positivo, pois permitirá diminuir o uso do transporte individual, os gases com efeito de estufa, a poluição ambiental, o congestionamento de tráfego, promovendo ainda a utilização dos transportes coletivos, porém não podemos olvidar também a migração do tráfego dos modos mais poluentes, como o rodoviário para outros, como o pedonal e a bicicleta.

O estacionamento interior para as bicicletas, os pontos de levantamento de entrega para as mesmas dentro da estação e dentro de uma política associada à sustentabilidade e à mobilidade sustentável, sem esquecer algo que não vimos no projeto, como as áreas aprazíveis de espera no terminal, como os espaços de circulação pedonal e como os espaços envolventes arborizados.

As práticas de construção sustentável deste terminal, à semelhança do preconizado no terminal intermodal da Campanhã, e a ecoeficiência do próprio terminal, mais ainda, as alterações climáticas e a descarbonização exigem árvores, espaços e corredores verdes na sua envolvência, não apenas um mero espaço de troca de transportes tão ao jeito dos antigos terminais e interfaces, como por exemplo o antigo do Barreiro.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 31 votos a favor, 20 da CDU, 9 do PS, 1 do PAN e 1 de AC, e 7 abstenções, 4 do PPD/PSD, 2 do BE e 1 do CDS-PP, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e quinze minutos do dia dezassete de janeiro, de dois mil e vinte.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e oito de fevereiro, de dois mil e vinte, contém vinte folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa

André Valente Martins

O Primeiro Secretário da Mesa

Eusébio Manuel Candeias

A Segunda Secretária

Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa e Vítor Marcos
Verificada por: Ana Paula Lico
Revista por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa